

FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DE ALAGOAS

Zeno Soares Crocetti

Universidade Federal de Alagoas/Sertão/geocrocetti@gmail.com

resumo:

O trabalho faz uma síntese da Formação Sócio Espacial de Alagoas, analisando o crescimento econômico dos últimos anos da região nordeste, suas taxas crescentes nas atividades econômicas, mas em escalas diferentes entre os estados da região. Alagoas hoje apresenta apenas um grande investimento privado o setor de polímeros, enquanto os outros estados da região o dinamismo econômico é muito maior. Os maiores investimentos no estado são do governo federal em obras de infraestruturas, como o Canal do sertão.

O objetivo dessa pesquisa é interpretar a FSE de Alagoas e sua reestruturação econômica e a evolução da economia Alagoana, ainda que represente um resultado preliminar de uma pesquisa mais ampla sobre a reestruturação economia e espacial de Alagoas.

Palavras Chave: Geografia econômica, Formação sócio espacial e território.

O mundo é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência deste ou daquele lugar das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos.

Mas o território termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o “Mundo” necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o “Mundo” escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares o espaço como um todo.

(SANTOS: *A Natureza do espaço*, 1996)

Introdução

O lugar é o meio das unidades complexas, ou seja, o território usado apresenta um padrão de ordem, que se manifestam pelas formas, funções, estruturas e processos, da qual fazem parte as várias subunidades, que se constroem e se relacionam criando campos de interação. Nesse macro organismo vivo, portanto, a noção importante a ser construída para se compreender e interpretar os sistemas de objetos e sistemas de ações, vistos como totalidades multidimensionais, conforme formulou André Cholley e Milton Santos, em 1948 e 1977, são a de “combinações geográficas e Formação Sócio Espacial”.

A grande contribuição de Cholley é a análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, utilizando-se das combinações que se articula para explorar o meio. As combinações geográficas oferecem localização especial (CHOLLEY, 1964: p. 40-41). As combinações geográficas são aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e ao se articular criam no meio um caráter de estabilidade, de permanência ou renovação periódica. Com base nessa elaboração epistemológica, podemos entender melhor a Evolução sócio espacial das Alagoas.

Considerando que as sínteses das múltiplas determinações e combinações sócios territoriais constituem a manifestação do conjunto das totalidades dos vários elementos convergentes da

realidade, em uma porção precisa de um território dado, isto é, numa superfície terrestre específica, passível de ser identificada como unidade. Expressam-se por fenômenos de convergência em campos interativos distintos, manifestando-se como ordem de complexidade, nas múltiplas dimensões e escalas de organização dos lugares no mundo.

Como citamos a Formação Sócio Espacial ainda permite reintroduzir na Geografia uma abordagem histórica, *síntese de múltiplas determinações* (MARX), dando uma visão totalizadora e multidisciplinar, como insiste em cobrar o professor Mamigonian, em suas elaborações e produção, ele denuncia que essa visão de conjunto e multidisciplinar mediada pela categoria histórica, vem se perdendo em nossas produções hoje; essas reflexões eram "manifestada, sobretudo, nos clássicos da Geografia" e que vem se perdendo com as fragmentações e especializações dos estudos geográficos.



As variáveis integrantes dessa complexidade podem ser mais bem compreendidas nas modalidades impostas por sua ação combinada.

Portanto, assim como o relevo emerge das inter-relações convergentes de variáveis geológicas, hidrológicas e climáticas, mas também sofre interferências de fatores biológicos e sociais, da mesma forma, para se interpretar o fenômeno econômico, não se pode abordá-lo como simples abstração, pois se corre o risco de transformá-lo em falsa individualidade, por estar fora de uma combinação localizada. O fenômeno econômico, como os outros (sociais, biológicos e físicos), é sempre expressão da coerência estabelecida nessa combinação de variáveis sociais, políticas, biológicas ou físicas.

Nos últimos anos, a região nordeste apresenta taxas crescentes de participação nas atividades econômicas, mas, elas diferem entre os estados da região.

Nas Alagoas hoje, tem um único grande investimento privado no setor de polímeros, enquanto nos demais estados ocorre um dinamismo na economia, Alagoas depende basicamente dos recursos do Programa Bolsa Família, e outras fontes de transferências de renda direta e indireta e dos demais investimentos federais em obras de infraestrutura, como o Canal do Sertão.

Os constantes e acentuados confrontos entre as elites das Alagoas inibem projetos industriais ou mesmo sociais, como a construção de um Estaleiro no município de Coruripe. Portanto, Alagoas permanece dependente das exportações do setor sucroalcooleiro, garantindo a permanência no poder das famílias seculares, herdeiras coloniais da superestrutura econômica e social.

1) Formação Sócio Espacial de Alagoas

“Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada (...) as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção”

(Milton Santos, 1977, p. 5).

Alagoas foi resultado da instituição do sistema de Capitânicas Hereditárias (1534), integrava a Capitania de Pernambuco, sua ocupação territorial remonta à fundação da vila do Penedo (1545), às margens do rio São Francisco, pelo donatário Duarte Coelho Pereira, que incentivou a fundação de engenhos na região. Seu território constituiu-se em a Comarca de Alagoas em 1711, e foi desmembrado da Capitania de Pernambuco (Decreto de 16 de setembro de 1817), em consequência da Revolução Pernambucana daquele ano. O seu primeiro administrador (presidente da província), foi Sebastião Francisco de Melo.

Alagoas sempre foi palco de conflitos, surgiram vários desses conflitos na briga pela disputa da capital entre Marechal Deodoro e Maceió, Dois atores sociais se consagraram: Cansação de Sinimbu e Tavares Bastos. Surgiria daí a famosa Guerra dos Lisos e Cabeludos, respectivamente conservadores e liberais.

Tavares Bastos denunciava que Cansação de Sinimbu queria dominar Alagoas, formando uma verdadeira oligarquia.

Ainda na década de 1840, surgem os temidos irmãos Moraes, que, para vingar a morte do pai, formaram um bando semelhante ao de Lampião, espalhando o terror por toda Alagoas.

Os chefes políticos sempre dominaram Alagoas, espalhando a violência em várias regiões. Sempre ficavam impunes. Detinham o poder político e econômico. Muitos episódios marcaram a História de Alagoas, envolvendo famílias violentas. Os Malta, de Mata Grande, fizeram história, brigando entre si: Maia, de Pão de Açúcar; Teixeira, de Chã Preta; Mendes, de Palmeira dos Índios; Novaes, de Santana do Ipanema; Fidelis, de Pindoba; Calheiros, de Flexeiras; Tenório, de Quebrangulo (de onde surgiu o lendário Tenório Cavalcante, mais conhecido como o “homem da capa preta”, que migrou para o Rio de Janeiro, aterrorizando a Baixada Fluminense, com sua famosa metralhadora: a Lourdinha.

Essas famílias brigavam entre si, por questões de terra e política. Aterrorizando os moradores das cidades, que, temiam ser mortos.

Foi marcada pela produção escravista de açúcar nos engenhos estabelecidos no litoral. A expulsão dos holandeses e a transferência desse modo de produção para as ilhas do Caribe levou ao definhamento econômico de todo o nordeste açucareiro, pondo fim ao ápice do ciclo açucareiro no Brasil colonial.

As elites de Pernambuco foram gradativamente ocupando as áreas de influência do território contíguo e afastado das grandes áreas urbanas, que concentravam significativa atividade econômica as (hinterlândias) do gado, tradicionais áreas de trabalho livre, convertendo-os em latifúndios pecuaristas. Assim, produção de cana retrai, porém não cessa, mantendo o abastecimento da Metrópole com praticamente os mesmos métodos de 1654. Levou-se aproximadamente 200 anos para incorporar novas variedades de cultivares ou a fonte de energia. A crise promoveu o processo de concentração, reduzindo o número de famílias detentoras de terras ou engenhos. Assim uma nova estrutura econômica e de poder se instaurou no sertão, baseada na cultura do gado. O agreste forjou um complexo rural, uma pequena produção, associando produção agrícola com a indústria artesanal à dinâmica das feiras.

No início do século XIX, já na proximidade da divisão do território alagoano, os engenhos eram arcaicos. Necessitou da criação do IAA, em 1933, através da intervenção do governo federal para organizar a produção e os anseios dos proprietários de ambos extremos da cadeia produtiva do açúcar e reativar o desenvolvimento técnico.

2) A Modernização Conservadora e as políticas públicas

O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção de trans-nacionalização do território.

O território, hoje pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quicá divergentes ou opostas.

(SANTOS: Território, 1994.)

Alagoas inicia o século XX, com a presença das oligarquias pecuaristas associada ao desenvolvimento do sul do estado, dos municípios atrelados ao comércio do São Francisco, com indústrias e forte comércio. As políticas públicas se concentraram na criação de espaços de expressão artística e sanitário. Por interesse de Delmiro Gouveia, o sertão vivencia a criação da primeira hidrelétrica e a primeira indústria sertaneja do Nordeste. A reorganização política do estado, atrelada às políticas federais de incentivo à produção de açúcar em torno do IAA, possibilitou que as oligarquias do açúcar tomassem o poder.

Em Alagoas, a tentativa de melhoria na condição de vida da classe trabalhadora, durante o governo de Muniz Falcão, foi abortada no *impeachment* do governador, através de um conluio entre latifundiários que não aceitaram ceder 5% em impostos para investimento públicos na saúde e educação. Assim, historicamente, as políticas assistencialistas em Alagoas não impostas pelo governo federal, diferentemente dos estados mais dinâmicos do Nordeste.

Com ausência quase completa de grandes investimentos públicos em indústria, durante a ditadura e mesmo depois, o Nordeste e Alagoas vivenciam atualmente situações diversas. Atualmente o governo federal tem investido maciçamente em inclusão social e ações emergenciais que representam mais de 50% da renda de todo o Estado de Alagoas. O Canal do Sertão, somente nos últimos anos construiu mais de 60 km, com o intuito de democratizar o acesso à terra e água no sertão alagoano.

(...) o processo de industrialização tem sua própria lógica interna. No nosso caso ela se manifesta através da modernização escalonada, isto é, setorial, de todo o organismo econômico, seguindo uma ordem fácil de determinar e que pode ser inferida de sua própria motivação primária, isto é, do fato de resultar de um esforço de substituição, a saber: uma ordem inversa. Noutros termos, nossa industrialização começou por onde, pela ordem natural das coisas, deverá terminar, isto é, pelo suprimento interno de bens de consumo ou, mais precisamente, de bens finais, abordando, escalonadamente, através de sucessivos ciclos, os suprimentos de produtos intermediários e de infraestrutura.

(Rangel, 2005: p. 542)

A FSE de Pernambuco e Alagoas tem a mesma gênese, porém os fatores sociais e naturais os tornaram particularmente distintos. A primeira vista, a herança que preserva as afinidades entre ambos se funda na contiguidade das terras consideradas à Capitania Hereditária de Pernambuco (inicialmente Nova Lusitânia). Todavia, a semelhança física, considerada toda a sua relevância, apenas permitiu que o programa do capitão-donatário e governador Duarte Coelho (1534-1554) fosse disseminado pelo território da capitania, do Rio Igarauçu ao Rio São Francisco. Nesses vinte primeiros anos, Duarte Coelho planejou e construiu as bases econômicas e sociais que perduraram por séculos: a agroindústria canavieira assentada no latifúndio agroexportador escravista e na superestrutura feudal.

Com a rápida adaptação da cana-de-açúcar ao clima tropical úmido e os solos massapé e argilosos, os engenhos se irradiaram pelo litoral a partir de Olinda, para Penedo, nas margens do São Francisco, para o norte, até Goiana, posteriormente difundiram-se pela Paraíba e Rio Grande do Norte

e, no extremo oposto, se fixaram no recôncavo baiano. Assim, os canaviais ocuparam as várzeas dos rios perenes na zona da mata, permitindo certa interiorização, como demonstrou Manuel Correia de Andrade.

A presença holandesa imprimiu marcas na capitania de Pernambuco através da concepção urbanística e do traçado das ruas de Recife (a Mauristaad), porém foi a sua ausência que mais alterou o curso socioeconômico do nordeste. A produção de açúcar havia erguido uma hinterlândia complexa, cujos engenhos por vezes coincidiam com povoados, propiciando a Pernambuco alçar o status de mais rica capitania da Colônia no início do século XVII. Nesse período, inicia-se a exploração açucareira em Porto Calvo (norte de Alagoas) até atingir Penedo (ao sul) na segunda metade do século. Mas a expulsão dos holandeses, em 1654, e seu consequente sucesso na transferência da produção açucareira para as Antilhas promoveu a estagnação da economia pernambucana. Desde então, as oligarquias buscam alternativas de sobrevivência, ora alterando as formas de exploração do trabalho (da escravidão para as formas tributárias), ora buscando outras de atividades econômicas (cottonicultura, pecuária). Com tudo, a pecuária limitada pelo alto sertão e a mata gestou uma hinterlândia de povoados rarefeitos que seriam posteriormente dinamizados pelas feiras de gado e mascates dispersas entre caminhos e entroncamentos de acesso ao litoral. Nesse contexto, o açúcar e o gado forjaram duas oligarquias que desde o século XVIII disputam entre si a hegemonia política no nordeste.

A forte retração da economia açucareira de Pernambuco, no século XVIII estava limitada pela produção caribenha, pela exploração das jazidas de ouro e prata em Minas Gerais (Guerra dos Emboabas) e pela ascensão do comércio import/export controlado por portugueses (Guerra dos Mascates). Na zona da mata e nas cidades portuárias/litorâneas concentrava-se a população nos engenhos, de onde surgiram as primeiras aglomerações urbanas, cujas externalidades decorrentes da economia açucareira (canais de exportação e experiência agroindustrial) deram as bases para a produção de algodão (sertão) e seu beneficiamento (litoral), estimulada também pela demanda externa.

Em 1817, as oligarquias alagoanas seguem vitoriosas no pleito separatista, constituindo uma nova capitania com três núcleos urbanos: Porto Calvo, Alagoas (atual Marechal Deodoro) e Penedo. Este último com caráter progressista nas relações de trabalho assalariado, sendo o principal porto fluvial do Rio São Francisco, de onde a economia se diversificou em pequenas fábricas de bens de consumo, conseguiu prosperar até a instituição das ferrovias e rodovias. Assim, a indústria têxtil surgida nas cidades litorâneas, principalmente de Recife e Maceió, alcançou no início do século XX o sertão, com a fábrica da Pedra, de molde paternalista de Delmiro Gouveia.

Até o século XX os governos de Alagoas pouco investiram em políticas públicas, exceção do sanitário em áreas urbanas privilegiadas. A sociedade escravista do litoral e tributária no interior concebia os trabalhadores como parte do patrimônio e desta maneira a política e a economia se fundiram no patrimonialismo. Sem fortes estímulos do capitalismo, como se verificou com a presença dos imigrantes europeus no sul e sudeste do país, apenas a ideologia liberal instigou intelectuais e parte da elite apenas em Pernambuco, deixando Alagoas em profundo ostracismo decadente.

Os flagelos da seca do sertão nordestino já formavam correntes migratórias desde 1692 em direção a Minas Gerais, mas no decorrer dos séculos XVIII e XIX se ampliaram em contínuos fluxos em direção ao litoral e ao sudeste brasileiro. Passados 12 anos da seca de 1844-45, a pedido de Dom Pedro II, foi enviado ao Nordeste a Comissão Científica de Exploração, que resultou em recomendações de criação de açudes, estradas e a ligação entre os rios São Francisco e Jaguaribe. Mas será na Grande Seca de 1877-79, com a morte de quase 900 mil pessoas, que o problema da seca no nordeste passa a ser pauta de diretrizes nacionais. Em 1909 foi criado o primeiro órgão responsável pela política de convivência com a seca, o IOCS, e em 1945 foi reformulado criando-se o DNOCS, para a construção de obras de combate à seca. Nesse mesmo ano, o Governo Vargas cria por decreto a CHESF, a partir da hidrelétrica criada por Delmiro Gouveia no Rio São Francisco (Angiquinhos) para explorar o potencial energético, e em 1948 cria a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) tendo como modelo o Tennessee Valley Authority (EUA), explorando o potencial energético, de navegação e irrigação.

O complexo de nove hidrelétricas associadas aos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais foi construído nas décadas de 1950 a 1970. Em 1952, o governo Vargas criou o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) com a perspectiva de atender as demandas de produtivas e de infraestrutura na região. Em 1958, durante o governo Kubitschek, o planejamento estatal investe no planejamento regional, na perspectiva de elevar o padrão de vida dos trabalhadores urbanos e rurais do

Nordeste criando o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a SUDENE. Entre 1909 e 1950 foram construídos 117 açudes públicos e 317 açudes particulares.

Tabela – 1
Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos – 2011

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)
Alagoas	
Total	100,0
Agropecuária	6,1
Indústria	25,2
Indústria extrativa	1,2
Indústria de transformação	13,5
Construção civil	6,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,6
Serviços	68,7
Comércio	15,9
Transportes, armazenagem e correio	3,8
Serviços de informação	1,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,8
Atividades imobiliárias e alugueis	6,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	25,9
Outros serviços	10,9

IBGE, contas regionais do Brasil nº 40, 2013.

As políticas de modernização das relações de trabalho, promovidas nos governos Vargas e aprofundadas por Kubitschek, permitiram inicialmente conquistas em saúde, educação, infraestrutura urbana. Por outro lado, as incorporações de representantes das oligarquias às instituições de fomento e desenvolvimento promoveram forte retrocesso, incorporando o público no privado de maneira que os princípios da redução da desigualdade social, inerentes ao planejamento regional, transformaram-se em fator de aprofundamento das contradições sociais, consolidando a denominada indústria da seca.

Em Alagoas, a eleição de Muniz Falcão para governador do estado, impulsionado pelo trabalhismo, promoveu o impeachment do governador e a morte de um deputado, devido às políticas assistencialistas que exigiam o aumento de 5% dos impostos dos usineiros para ampliar o acesso à saúde e ao ensino público e gratuito. As disputas entre as oligarquias do gado e do açúcar também renderam crises sociais graves.

As mudanças na estrutura social do nordeste apresentam-se lentamente, se comparadas com o desenvolvimento da indústria moderna no sudeste e sul do País. São intervenções exógenas que alteram o quadro e causam pequenas modificações.

Em Pernambuco, a crise do açúcar estancou as elites, obrigando-as a buscar novas alternativas para crescimento econômico. Alagoas, ao contrário, se vê na segunda metade do século XX explorando os tabuleiros na nova fase da exploração canavieira. A economia observa a forte concentração de renda e terras em números reduzidos de famílias, e a política acentua as contradições seculares. Apenas as adutoras foram fundamentais no abastecimento de água urbana doméstica nas regiões do semiárido.

Nos anos 1970, apenas a Bahia recebe grandes investimentos públicos, notadamente da Petrobras no Recôncavo Baiano e setor portuário. Pernambuco por sua vez, amargou o período da ditadura e as duas décadas perdidas com apenas o investimento estadual no porto de Suape (1973). A

partir dos anos 2000 iniciam-se os incentivos à modernização da economia pernambucana com: superporto (SUAPE), refinaria de petróleo, estaleiros, siderúrgica, complexo farmacêutico, complexo têxtil, complexo automotivo.

Em Alagoas, o forte déficit do estado e as políticas de abrandamento de dívidas e principalmente a exoneração de impostos dos usineiros criou um caos econômico e político, criando momentos de ingovernabilidade (1997) pela ausência de recursos do estado. Nos anos 2000, as políticas emergenciais do governo federal ampliaram a atuação nas políticas de contenção da migração campo-cidade, através de cobertura social (previdência e bolsa família), ampliação do uso de cisternas, *molhação*, áreas de irrigação como o canal do sertão. Também a construção civil estimulada pelo acesso facilitado à casa própria vem colaborando com a incorporação dos trabalhadores das classes menos favorecidas ao mercado de trabalho. O comércio de baixa renda tem estimulado a cadeia de fornecimento da pequena unidade produtora, também incorporando trabalhadores no circuito inferior da economia e ao mesmo tempo, criando condições para a transferência destes para o circuito superior. As cidades de Arapiraca e Caruaru vivenciam os efeitos da dinâmica das feiras na indústria nascente, com rápida transformação nas condições de vida dos trabalhadores.

3) O CANAL DO SERTÃO

Os ciclos de energia física, química e biológica que produzem ou conservam as diferentes formas de vida nos ecossistemas naturais da Terra, em geral, e nos contextos antrópicos, em particular, estão intimamente ligados ao *ciclo das águas*. Entretanto, a ocorrência de secas ou enchentes em área onde não mora ninguém ou que não constitui objeto de vantagens socioeconômicas e políticas não passa de um fenômeno físico.

No semiárido brasileiro, tem ocorrido uma drástica redução da sustentabilidade da população, devido às condições climáticas, ao uso e ocupação do solo e a imprópria exploração dos recursos naturais. A gravidade da situação decorre dos fatores que impactam os ecossistemas cada vez mais fragilizados pelo efeito cumulativo da destruição do ambiente e da perda da capacidade de recomposição. O principal movimento de destruição ocorre sobre a camada superficial dos solos, afetando os recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

A quantidade de água precipitada, somada às águas de superfície, principalmente dos rios São Francisco e Parnaíba, e às águas de subsolo, faz com o que a região seja perfeitamente viável para a vida humana. Entretanto, a infraestrutura de armazenamento da água de chuva, construída ao longo de séculos, é capaz de armazenar apenas 36 bilhões de metros cúbicos. Aproximadamente 720 bilhões de metros cúbicos são desperdiçados por ano.

A economia do semiárido tem operado à margem de um sistema educativo precário, com índices de analfabetismo entre os mais altos da América Latina. Torna-se necessário a formulação de planos de aproveitamento dos recursos naturais, contemplando o desenvolvimento e as transformações socioeconômicas e ambientais produzidas.

Esse processo envolve a necessidade de conciliação da eficiência econômica, da equidade social, da liberdade política e da preservação ambiental, integrados na evolução social que garanta, sobretudo, que as mesmas oportunidades dos recursos naturais renováveis, dos recursos humanos, da autogestão dos negócios, da dignidade e da cidadania, estarão preservadas para as gerações futuras. (CODEVASF).

Em 1998 a CODEVASF iniciou os Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos em Alagoas que deveria compreender um empreendimento que procurasse minimizar os problemas de uma das áreas do semiárido nordestino com os piores indicadores socioeconômicos do País. Entre essas iniciativas associada a outros órgãos e secretárias está o Canal do Sertão.

Nossa interpretação recusa o determinismo físico-climático que tem servido de justificativa à cultura da *crise da água* no Mundo ou no Brasil, bem como a *cultura da seca* na região Nordeste. As condições físico-climáticas que predominam na região Nordeste do Brasil podem, relativamente, dificultar a vida, exigir maior empenho e maior racionalidade na gestão dos recursos naturais em geral e da água, em particular, mas não podem ser responsabilizadas pelo quadro de pobreza amplamente

manipulado e sofridamente tolerado. Deste modo, o que mais falta no semiárido do Nordeste brasileiro não é água, mas determinado padrão cultural que agregue confiança e melhore a eficiência das organizações públicas e privadas envolvidas no negócio da água.

Os três trechos do Canal, ou seja, o setor de captação e o canal de aproximação; a estação elevatória de água bruta (casa de bombas); o marco zero do Canal do Sertão; a tomada d'água um e a comporta quatro; o canal retangular cinco; e a ponte canal sete e o túnel Mandacaru.

A tomada d'água está localizada no reservatório de Moxotó, no povoado São José, em Delmiro Gouveia e é o único sistema de bombeamento em todo o percurso, pois a água desce por gravidade por um canal de 15 metros de largura e quase três metros de profundidade, acarretando uma economia de energia e água mais barata.



Alexandre Barros informou que ao longo do trajeto, as comportas vão diminuir a velocidade da água e regular os níveis nos reservatórios. “Além disso, em pontos determinados, terão pontes para a passagem de animais, pedestres e veículos”.

O Canal vai levar água potável para a população sertaneja, tanto para consumo humano como para irrigação do plantio e criação de animais.

- 1) O trecho um, que vai do km 0 ao 45, já foi executado e entrou em funcionamento a partir de março de 2013; embora tenha ocorrido problemas com o bombeamento, as instalações de energias não eram adequadas, fato que está sendo corrigido para o pleno funcionamento do sistema;
- 2) O trecho dois (km 45 ao 64) já tem 70% da obra executada e tem previsão de entregue para dezembro de 2013;
- 3) O trecho três (km 64 ao 93) estará pronto até o final de 2014 e já tem um terço de recursos garantidos segundo fontes oficiais.

Paralelamente a construção do Canal, serão desenvolvidas ações ambientais e de segurança. Com relação ao meio ambiente, foi feito um georreferenciamento das áreas que foram desmatadas ou escavadas para a implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad). O Canal do Sertão hoje integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Alexandre Barros é superintendente de Infraestrutura Hídrica e Projetos Especiais da Seinfra e gerente do projeto.

Síntese dos investimentos federais de combate à seca em Alagoas 2012/13.

Seca 2012/2013 cerca de 10 milhões de atingidos em 1400 municípios, só em alagoas são 476 mil pessoas atingidas em 44 municípios. O governo federal liberou recursos para:

- 200 carros pipas que atendem a 187 mil pessoas;
- Bolsa estiagem atende a 32 mil beneficiários;
- 10 milhões liberados para o programa Garantia de Safra atende 20,7 mil agricultores em 30 municípios;
- 15 milhões de reais para o Programa de socorro e assistência, auxílio a seca de serviços essenciais,
- 2,3 milhões liberados para perfurações de poços e recuperação de poços antigos;
- 11 milhões na linha emergencial de credito, financiamento pelo FNE de um total de 18 milhões em créditos;
- 22 mil cisternas instaladas, irrigação, abastecimento e barreiros, no programa Água para Todos.

Referências

- AB'SÁBER, A N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. – 4ª edição, 2007.
- . *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. Estudos Avançados da USP. v.13, n.36, São Paulo maio/ago. 1999.
- ALMEIDA, Leda. *Rupturas e permanências em Alagoas*. Maceió: Ed. Catavento, 1999
- ANDRADE, A. C. de. *Secas e irrigação pública no nordeste do Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Tese de Doutorado em história econômica.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no nordeste*. S. Paulo: Brasiliense, s/d.
- . *Usinas e destilarias em Alagoas*. Maceió: Edufal, 1997
- CARVALHO, C. P. de. *Análise da Reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucroalcooleira Alagoana*. Maceió: Edufal, 2001.
- . *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: Edufal, 2012.
- DIÉGUES JR, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas*, Maceió: Edufal, 1980
- GOMES, F. G. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. *Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió, vol. 4, n. 10, jan-abr 2011.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LIMA, Arakem Alves de. *A crise que vem do verde da cana*. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas. Maceió, Edufal, 1998
- LIMA, Ivan Fernandes. *Ocupação Espacial do Estado de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1992
- LUEDEMANN, M. S. CORRÊA, D. S. e CROCETTI, Z. S. *Análise comparativa de políticas públicas em Pernambuco e Alagoas*. Campinas: Anais do X ENANPEGE, 2013.
- MAMIGONIAN, A. *O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil*. Mimeografado, 2008.
- MELÂNIA, M. de M. Regionalização: uma contribuição para uma estratégia de desenvolvimento do Estado de Alagoas. *Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió, vol. 4, n. 10, jan-abr 2011.
- MENEZES, D. *O outro nordeste*. R. de Janeiro: Artenova, 1970.
- RANGEL, I. *Obras reunidas*. Vols. 1 e 2. R. de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: *A Formação Social como Teoria e como Método*. Boletim Paulista de Geografia, S. Paulo, nº 54, p. 81-99, jun. 1977.
- . *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.